



FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FATECS
CURSO: ADMINISTRAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
ÁREA: GESTÃO DE PESSOAS

ISABELLE VIEIRA ZANCHETT
21476599

**AS AÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA PRATICADAS EM
EMPRESAS AGRÍCOLAS NO DISTRITO FEDERAL E EM GOIÁS**

Brasília
2018

ISABELLE VIEIRA ZANCHETT

**AS AÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA PRATICADAS EM
EMPRESAS AGRÍCOLAS NO DISTRITO FEDERAL E EM GOIÁS**

Trabalho de Curso (TC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Administração de Empresas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Erika Costa Vieira
Gagliardi

Brasília
2018

ISABELLE VIEIRA ZANCHETT

**AS AÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA PRATICADAS EM
EMPRESAS AGRÍCOLAS NO DISTRITO FEDERAL E EM GOIÁS**

Trabalho de Curso (TC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Administração de Empresas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília, 30 de abril de 2018.

Banca Examinadora

Prof. (a):
Orientador(a)

Prof. (a):
Examinador(a)

Prof. (a):
Examinador(a)

Brasília
2018

AS AÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA PRATICADAS EM EMPRESAS AGRÍCOLAS NO DISTRITO FEDERAL E EM GOIÁS

Isabelle Vieira Zanchett ¹
Erika Costa Vieira Gagliardi ²

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo identificar as práticas de saúde e segurança no trabalho em seis empresas agrícolas. Estando localizadas, uma no Distrito Federal e as outras cinco no entorno (Goiás). O quadro de funcionários dessas organizações varia de dois a quinze, dependendo do porte da fazenda e os cargos são distribuídos entre funções de escritório e operacionais no campo. A saúde e segurança no trabalho têm como objetivo garantir a integridade física e mental do colaborado. O referencial teórico foi construído a partir dos conceitos de saúde e segurança no trabalho (SST) para organizações agrícolas, nas normas regulamentadoras, nas responsabilidades que a organização tem com seu colaborador, no papel do colaborador, visando à importância da prática da saúde e segurança e suas vantagens se cumpridas corretamente. Com o intuito de verificar quais ações de saúde e segurança as organizações desse segmento praticam. A metodologia utilizada na pesquisa é a descritiva com uma abordagem qualitativa. Realizaram-se seis entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela SST, os gerentes de cada organização. No decorrer deste estudo, constatou-se através da percepção dos gestores dessas organizações que há uma preocupação com o bem estar de seus colaboradores, com as condições em que o trabalhador está exposto e que todas as organizações praticam uma ação de SST. As ações praticadas são: uso de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamento para segurança do colaborador; manutenção dos equipamentos e das máquinas; placas e avisos de segurança nas áreas e atividades de maior risco; exames médicos exigidos pela consolidação das leis trabalhistas.

Palavras-chave: Saúde e Segurança no Trabalho; Normas regulamentadoras; Práticas; Agricultura.

¹ZANCHETT, Isabelle Vieira, Acadêmica do Curso de Administração do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). E-mail: isabellezvanchett@gmail.com

²GAGLIARDI, Erika Costa Vieira, Prof.a Orientadora do Curso de Administração do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). E-mail: erika.gagliardi@ceub.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do século XXI, o desenvolvimento da tecnologia está ficando mais acelerado assim como a globalização, por isso, as empresas estão sempre preocupadas com atualização, inovação e qualidade de seus produtos e serviços. A necessidade de buscar melhorias contínuas deriva da exigência e seleção dos consumidores. A competitividade tem se tornado constante, fazendo com que as organizações busquem vantagem competitiva para permanecer no mercado e, para isso, exigindo muito de seus colaboradores e acarretando consequências, por conta da pressão que é gerada, ocasionando estresse no ambiente de trabalho e acidentes.

Essa preocupação com os acidentes de trabalho vêm de alguns séculos passados em que alguns empregadores começam a perceber as perdas de seus trabalhadores e os adoecimentos constantes, fatores que geravam perdas de produtividade nas organizações. Com surgimento da revolução industrial, a atenção à saúde e segurança no trabalho trouxe inúmeras inovações como aumento de produtividade, aumento da qualidade dos acabamentos e a redução do tempo de produção. Em contrapartida também trouxe aumento dos acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e até mortes. Essa realidade foi mudada quando os trabalhadores resolveram se reunir e lutar por melhores condições de trabalho e valorização do funcionário. Então, a partir desses movimentos foram instituídas as leis trabalhistas e o direito do trabalhador. (CHIRMICI, 2016)

No Brasil, os primeiros casos de acidentes de trabalho e ocorrências de doenças aconteceram durante as construções das ferrovias em 1920. Os trabalhadores protestaram para que mudanças fossem feitas, surgindo assim algumas regulamentações do trabalho, mas a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi idealizada em 1943 e depois surgiram as 28 Normas Regulamentadoras de segurança. (CHIRMICI, 2016)

Anualmente, os órgãos responsáveis pela saúde e segurança do trabalhador estão mais exigentes com as organizações, com o intuito de reduzir os acidentes no ambiente de trabalho. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2017) no ano de 2012 a 2016 os trabalhadores brasileiros perderam mais de 250 milhões de dias de trabalho devido a acidentes e doenças

ocupacionais, enquanto cerca de R\$ 20 bilhões foram gastos com benefícios acidentários.

O setor em que mais ocorrem acidentes de trabalho segundo dados da OIT é o agropecuário, visto que os trabalhadores estão constantemente em contato com máquinas agrícolas, tratores, exposição ao sol, ruídos, agrotóxicos, dentre tantos outros riscos. Estes acidentes podem ser causados por imprudência das organizações, dos funcionários por não usarem os equipamentos de proteção, o ambiente de trabalho não ser saudável, o tamanho da organização, e outros. Pensando nesses acidentes que ocorrem no ambiente de trabalho, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: quais as ações de saúde e segurança são praticadas no segmento da agricultura?

O objetivo geral da pesquisa é verificar as ações de saúde e segurança no trabalho (SST) que são implementadas em empresas do segmento agrícola; investigar se as NRs estão sendo devidamente cumpridas de acordo com o ramo; analisar quais as ações de saúde oferecidas para os colaboradores; analisar quais ações de segurança a empresa aplica.

Esta pesquisa justifica-se academicamente, visto que poderá colaborar com os estudos referentes à saúde e segurança no trabalho das empresas agrícolas na medida em que a linha de pesquisa busca verificar as práticas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), o tema se justifica por proporcionar informações relevantes para identificar como as ações de saúde e segurança podem ser as melhores práticas para promover um ambiente de trabalho seguro e adequado tanto para o colaborador quanto para organização.

Sob a visão social, permite fomentar discussões sobre a forma que estão sendo conduzidas as ações de SST, se estão seguindo as normas exigidas, quais as ações de saúde e segurança no trabalho para a área escolhida da pesquisa e outros. E conseqüentemente, contribuindo para que as organizações agrícolas identifiquem a melhor forma de implementar as práticas de saúde e segurança em suas instalações.

No decorrer do artigo, é apresentado: conceito sobre saúde e segurança no trabalho; no referencial foram descritas as normas para saúde e segurança para organizações agrícolas; as responsabilidades da organização; o papel do colaborador; a importância da implementação da saúde e segurança; e suas vantagens, se cumpridas corretamente; metodologia de pesquisa, classificada como

descritiva e método de abordagem do problema é qualitativo; e a análise dos resultados das entrevistas aplicadas, feitas a partir da descrição e avaliação das respostas dos entrevistados para a conclusão final deste artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Segurança e Saúde no Trabalho

Na visão de Soluri (2015) Saúde e Segurança no trabalho (SST) são ações desenvolvidas para prevenir a ocorrência de acidentes e doenças que prejudiquem a saúde do seu colaborador. As organizações que implementam SST tendem a ser mais bem sucedidas e sustentáveis que as demais por possuírem mecanismos para prevenir os riscos de acidentes, evitando custos adicionais por imprudência. A prática dessas ações gera uma melhoria para as condições de trabalho, protege o trabalhador dos possíveis riscos e ajusta o ambiente de trabalho de acordo com as necessidades dos colaboradores.

Relacionando a SST na agroindústria, Filho (2016) exemplifica algumas descrições de trabalhos, tarefas ou locais que podem ser prejudiciais à Saúde e a Segurança no trabalho rural, como: acidentes causados pelos operadores de máquinas; maquinário pode prejudicar a saúde do colaborador decorrente de movimentos repetitivos podendo causar diversas lesões e fraturas pelo seu manuseio; a limpeza do maquinário de pulverização e seu descarte, expondo os trabalhadores a substâncias químicas e podem causar diversas doenças; locais de armazenamento podem expor o trabalhador à poeira, podendo gerar variadas doenças respiratórias; e trabalhos ao ar livre geram exposição aos raios solares, chuva e frio, podendo causar também doenças respiratórias, câncer de pele, queimaduras, e outras doenças.

Complementando esse pensamento, Araújo (2006) conceitua três tipos de riscos que o ambiente de trabalho tem: o risco físico, risco biológico e risco químico. O risco físico está relacionado à iluminação, ruído, temperatura, alta pressão e etc. No caso dos riscos químicos, são gerados por exposições a agentes químicos e os riscos biológicos estão relacionados à exposição a bactérias, vírus, parasitas e etc. Relacionando a fala de Araújo (2006) com a de Milkovich e Boudreau (2000), os principais riscos à saúde são os riscos físicos e biológicos, pois expõem o colaborador a substâncias tóxicas e um trabalho estressante. Eles afirmam também que os riscos à saúde podem ser cumulativos, ou seja, o contato diário do

trabalhador com algum tipo de doença, vírus e outras substâncias nocivas podem desenvolver uma lesão ou deteriorar sua saúde futuramente.

Segundo Fisher et al (2009) as empresas perceberam o número de riscos de acidentes e doenças que os trabalhos geralmente provocam, por isso passaram a analisar sua responsabilidade também sob a visão ambiental, a fim de identificar as áreas problemáticas, registrar a situação presente e buscar medidas que melhorem as condições de trabalho. Com esse intuito, é importante investigar os processos em todos os setores da empresa e o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST), conhecido internacionalmente como certificações OHSAS 1800:2007, assume o papel de consolidar um ambiente saudável e seguro aos colaboradores.

Além disso, com o auxílio das normas desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho, o trabalho deve ser projetado para atender às capacidades e necessidades do colaborador de modo que não prejudiquem mais sua integridade física. Surgindo assim as Normas Regulamentadoras da Saúde e Segurança do Trabalho que serão comentadas abaixo.

2.2 Normas Regulamentadoras

As 28 Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), foram aprovadas no dia 8 de junho de 1978 pelo Ministério do Trabalho e do Emprego na Portaria nº 3.214 para complementar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com o tempo, foi necessário acrescentar mais 8 Normas Regulamentadoras totalizando hoje em 36 normas. (PEIXOTO, 2011 apud SANTOS, 2015)

As Normas Regulamentadoras são:

- Norma Regulamentadora Nº 01** - Disposições Gerais
- Norma Regulamentadora Nº 02** - Inspeção Prévia
- Norma Regulamentadora Nº 03** - Embargo ou Interdição
- Norma Regulamentadora Nº 04** - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
- Norma Regulamentadora Nº 05** - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- Norma Regulamentadora Nº 06** - Equipamentos de Proteção Individual
- Norma Regulamentadora Nº 07** - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO
- Norma Regulamentadora Nº 08** - Edificações
- Norma Regulamentadora Nº 09** - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais

Norma Regulamentadora Nº 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

Norma Regulamentadora Nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais

Norma Regulamentadora Nº 11 Anexo I - Regulamento Técnico de Procedimentos para Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Chapas de Mármore, Granito e outras Rochas

Norma Regulamentadora Nº 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

Norma Regulamentadora Nº 13 - Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações

Norma Regulamentadora Nº 14 - Fornos

Norma Regulamentadora Nº 15 - Atividades e Operações Insalubres

Norma Regulamentadora Nº 16 - Atividades e Operações Perigosas

Norma Regulamentadora Nº 17 - Ergonomia

Norma Regulamentadora Nº 17 Anexo I - Trabalho dos Operadores de *Checkouts*

Norma Regulamentadora Nº 17 Anexo II - Trabalho em Teletendimento /Telemarketing

Norma Regulamentadora Nº 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção

Norma Regulamentadora Nº 19 - Explosivos

Norma Regulamentadora Nº 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis.

Norma Regulamentadora Nº 21 - Trabalho a Céu Aberto

Norma Regulamentadora Nº 22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração

Norma Regulamentadora Nº 23 - Proteção Contra Incêndios

Norma Regulamentadora Nº 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho

Norma Regulamentadora Nº 25 - Resíduos Industriais

Norma Regulamentadora Nº 26 - Sinalização de Segurança

Norma Regulamentadora Nº 27 - Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTB

Norma Regulamentadora Nº 28 - Fiscalização e Penalidades

Norma Regulamentadora Nº 29 - Segurança e Saúde no Trabalho Portuário

Norma Regulamentadora Nº 30 - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário

Norma Regulamentadora Nº 30 - Anexo I - Pesca Comercial e Industrial

Norma Regulamentadora Nº 30 - Anexo II - Plataformas e Instalações de Apoio

Norma Regulamentadora Nº 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura

Norma Regulamentadora Nº 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde

Norma Regulamentadora Nº 33 - Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados

Norma Regulamentadora Nº 34 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval.

Norma Regulamentadora Nº 35 - Trabalho em Altura.

Norma Regulamentadora Nº 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados.

Existem algumas Normas Regulamentadoras muito específicas para determinados setores de trabalho, de modo que não é necessário que empresas de

setores diferentes cumpram essas normas. Em outras palavras, se a NR 13 refere-se ao cuidado necessário com válvulas de pressão ao mexer com caldeiras e vasos em alta temperatura, esta norma deve aplicar-se exclusivamente em organizações que utilizam esses equipamentos e deve ser desconsiderada nas demais empresas, pois não se aplica. Por este motivo, neste artigo serão comentadas apenas as normas aplicadas ao segmento de atuação agroindustrial. (MARRAS, 2004; ARAÚJO, 2006)

A Norma que regulamenta a agroindústria é a NR 31, específica para esse segmento de mercado. Essa norma orienta como devem ser executadas as políticas nacionais para a saúde e segurança rural as quais são supervisionadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST). Regulamenta, no decorrer dos itens, como deve ser um ambiente adequado, limpo e confortável para os trabalhadores que atuam na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018)

Paralelamente, a NR 31 exige equipamentos de primeiros socorros suficientes para o número de empregados da organização. Em caso de acidente, a organização é responsável pela locomoção do colaborador até o hospital mais próximo e com todas as despesas consequentes. Proíbe que o manuseio de agrotóxicos seja feito por menores de 18 anos, gestantes e maiores de 60 anos. Quando a organização fornece transporte, deve possuir autorização para transportar passageiros e todos os passageiros devem ter lugar para irem sentados, com motorista devidamente habilitado e o veículo deve ter um compartimento para carregar ferramentas e materiais separados dos passageiros. (SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO RURAL, 2004)

O item 31.6 – Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural (SESTR) e 31.7 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR), estão introduzidos nas NRs 4 e 5. A NR 4 exige que as organizações públicas e privadas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) tenham serviços especializados em Engenharia da Segurança e em Medicina do trabalho com o intuito de promover um ambiente saudável e seguro para os trabalhadores. (FILHO, 2016, MINISTERIO DO TRABALHO, 2018)

No caso da NR 5, solicita que toda empresa pública ou privada que tenha vinte trabalhadores ou mais possua uma Comissão Interna de Prevenção de

Acidentes (CIPA). A CIPA é eleita pelos colaboradores, tendo como objetivo de melhorar as condições de trabalho, apontando falhas, sugerindo melhorias, fazendo palestras, campanhas e treinamentos em prol de conscientizar seus funcionários sobre a importância da prevenção de acidentes e das doenças ocupacionais. Essa Comissão não tem nenhum poder decisório, apenas faz sugestões e recomendações que auxiliam o gestor na tomada de decisão. (ARAÚJO, 2006; BARBIERI, 2014)

Outro item a ser comentado é o 31.10 (ergonomia) referente a NR 11 e NR 17. A NR 11 regulamentariza como deve ser feito o transporte, movimentação e manuseio de materiais em caso de uso de elevadores, guindastes, máquinas e transportadoras industriais. É necessária a constante manutenção dessas máquinas e dar treinamento aos colaboradores caso necessário. Já a NR 17 refere-se à ergonomia da organização e estabelece a adaptação do colaborador às condições de trabalho em que ele é colocado. Buscando proporcionar um ambiente confortável, seguro e saudável. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018)

2.3 Segurança

No Brasil, a Segurança do trabalho é voltada para a forma como o trabalhador executa as suas tarefas, observando sempre se o procedimento está correto, caso contrário deve corrigi-lo e mostrar como a tarefa deve ser executada de forma segura e correta. Outro ponto analisado é o estado das estruturas do ambiente de trabalho, observando sempre se estão em bom estado ou se devem ser feitas as devidas manutenções. (ARAÚJO, 2006).

Com base nisso, Barbieri (2014) e Dessler (2005) caracterizam os acidentes no trabalho como a principal consequência da falta de ações de segurança que geram inúmeros problemas tanto para o trabalhador como para a empresa. Por isso, é essencial conhecer as causas e promover ações de segurança que previnam os acidentes no trabalho e com isso, obter um ambiente laboral mais seguro.

De acordo com Dessler (2005), os acidentes no trabalho possuem três causas principais: acaso, condições inseguras ou ações inseguras dos funcionários. A principal causa dos acidentes deriva das condições inseguras que os colaboradores trabalham, como problemas no maquinário e equipamentos de proteção, estoque sobrecarregado, treinamento inadequado, iluminação e ventilação

inadequadas. Outra causa de acidentes pode estar relacionada com os horários de trabalho, fadiga e jornadas noturnas e condições que afetam emocionalmente o trabalhador.

Ao mesmo tempo, ações inseguras por parte dos trabalhadores também são causas de acidentes, pois existem casos de arremesso de materiais, operar o maquinário em velocidades inseguras, adotar o próprio método de trabalho no lugar do procedimento organizacional, remover o equipamento de segurança ou mover as cargas inadequadamente. Nesses casos, as condições de trabalho também podem contribuir para ações inseguras dos colaboradores, visto que em determinados casos é o conjunto de fatores físicos e emocionais que leva aos acidentes no trabalho. (DESSLER, 2005)

Filho (2016) acredita que existem outros tipos de causas que podem estar diretamente relacionadas à ocorrência de acidentes como o nível de escolaridade do colaborador e o tamanho das organizações. O nível de escolaridade pode influenciar a causa de um acidente, por exemplo, se o funcionário é analfabeto e por este motivo pode trocar um produto e vir a se intoxicar. Com relação ao porte, uma organização pequena pode atribuir aos seus colaboradores várias tarefas de diferentes áreas sem que tenham obtido o conhecimento específico para desempenhá-las.

Para regulamentar o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a NR 6 determina obrigatório o uso EPIs quando há possibilidade do trabalhador estar exposto à algum risco com relação a sua segurança e saúde, fatores que podem ser evitados ao utilizar os EPIs. Visto que alguns trabalhos que expõem o colaborador a riscos, o item 31.12 refere-se a NR 12 e a NR 15 buscando prevenir a ocorrência desses riscos (máquinas, equipamentos e implementos). (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018)

A NR12 decreta que as máquinas e equipamentos de trabalho tem que estar em bom estado sendo necessárias as devidas manutenções e inspeções. Visando garantir a saúde e integridade física, a NR 15 retrata o quesito insalubridade, classificando sua tolerância em relação aos ruídos, temperaturas, iluminação e substâncias em que o trabalhador se expõe diariamente. O trabalhador é remunerado de acordo com sua exposição à atividades insalubres. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018)

As consequências de um acidente são tanto para o empregador quanto para o trabalhador. Trazendo um sofrimento físico e emocional para o trabalhador por se machucar, para a família e o afastamento do emprego. Para a empresa traz um prejuízo ao se ter gastos com o tratamento, dias de trabalho ausentes devido ao acidente, com auxílio doença, auxílio de acidentes, pensão em caso de falecimento e desgaste da imagem da empresa. Gerando um prejuízo até para a sociedade por perder um trabalhador seja por afastamento ou permanentemente, gerando gastos para a saúde o que, conseqüentemente pode causar aumento dos impostos. (MARRAS, 2004)

De acordo com Dessler (2005), para prevenir a ocorrência de acidentes no trabalho é importante reduzir as condições inseguras através da eliminação de risco potencial com o auxílio de engenheiros de segurança como, por exemplo, colocar cercas protetoras ao redor de máquinas móveis. Também faz-se necessário reduzir as ações inseguras dos trabalhadores com o auxílio de psicólogos para identificar os indivíduos propensos a acidentes, os cargos desempenhados e ações que podem minimizar essa propensão.

Além disso, é importante usar diversos tipos de propagandas e avisos de segurança para prevenir ações inseguras, mas não elimina a necessidade de desenvolver um programa de segurança mais completo. O uso de propagandas combinada a outras técnicas, como treinamentos de segurança, podem minimizar tanto as condições como as ações inseguras. Ao mesmo tempo, a participação da alta administração com as questões de segurança manifesta seu compromisso com as condições de trabalho de seus colaboradores atribuem *status* ao cargo, melhorando a visibilidade dos colaboradores com relação aos seus superiores. (DESSLER, 2005)

Paralelamente, é essencial que os supervisores estabeleçam regras e promovam ações que incentivem os trabalhadores a preocupar-se com a segurança. A criação de uma política de segurança também é válida para indicar as ações para reduzir ou minimizar as ocorrências de acidentes na empresa, além de determinar metas de controle de perdas e inspeções periódicas de segurança e saúde. (DESSLER, 2005)

2.4 Saúde

Segundo Milkovich e Boudreau (2000, p.481), os riscos para a saúde envolvem os “aspectos do ambiente de trabalho que, vagarosa e cumulativamente (e, em geral, irreversivelmente), levam à deterioração da saúde de um empregado”. Os riscos com maior incidência são acidentes físicos e biológicos, incluindo substâncias tóxicas e ao estresse de trabalho. O nível de risco depende da função desempenhada, mas ocorrem desde ocupações nos escritórios como operários de produção industrial e agrícola.

Outro fator que pode comprometer a saúde são as condições de trabalho, desde maquinário com defeito e mal projetado até falta de equipamento e exposição a substâncias tóxicas. Além disso, hábitos e vícios do funcionário podem agravar sua saúde e geram alto custo para as empresas. O estresse também é um fator recorrente nas organizações em variadas funções e é causado por sobrecarga, problemas dos clientes, transferência de setor e outros. (MILKOVICH, BOUDREAU, 2000; DESSLER, 2005)

Na visão de Marras (2004) a saúde é tratada com medicina e higiene no trabalho, ligada diretamente com a proteção da saúde do trabalhador. Para cumprir tal objetivo, a saúde se subdivide em tópicos: medicina preventiva, medicina ocupacional e prevenção sanitária.

A medicina preventiva é um campo da medicina voltada para os empregados das empresas em prol de prevenir e controlar doenças com o intuito de evitar que estes fiquem impossibilitados de trabalhar. Ou seja, busca anteceder-se ao risco tratando-o antes que aconteça e adota algumas medidas para combater o risco como, por exemplo, fazer o levantamento das principais doenças, lesões e identifica quais são as principais causas dos riscos que organização acaba expondo o colaborador. (ARAUJO, 2006)

Para auxiliar a medicina preventiva, existem algumas normas regulamentadoras que ajudam a sanar esses problemas na agroindústria descritas no tópico 31.5.1.3 referentes a NR 5 e a NR 7. A NR 7 determina a existência de um programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO) com o intuito de promover a prevenção da saúde de seus trabalhadores. Estabelecendo critérios mínimos e algumas orientações, também devem ser feitos exames admissionais para verificar a aptidão do trabalhador, exames demissionais, periódicos ou de troca de função. (FILHO, 2016; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018)

Peixoto (2015 apud Santos, 2015) afirma que a implementação desse programa exerce influência sobre a produtividade da organização. Essa norma é fundamental para a medicina preventiva e ocupacional. Para Araújo (2006), a medicina ocupacional tem como objetivo principal adaptar o funcionário a sua função sem que haja algum risco à sua saúde. Baltazar e Junior (2015) complementam esse pensamento afirmando que a medicina ocupacional (respaldada pela NR 7) também se preocupa com a qualidade de vida e a segurança do trabalhador.

Uma colocação interessante de Mendes (1995 apud Santos, 2015) menciona que as doenças não são causadas apenas pelo ambiente de trabalho, mas são causadas também pela realização das atividades ou a forma como são executadas. Para minimizar esses agravantes à saúde, Barbieri (2014) recomenda a redução dos efeitos negativos provocados pela execução das tarefas, medidas para prevenir o agravamento de lesões e doenças, e a manutenção constante da saúde dos trabalhadores.

No caso da Prevenção Sanitária, o objetivo é não gerar riscos à vida de seus colaboradores por meio do ambiente organizacional, proporcionando um ambiente adequado e limpo para seu trabalhador. Quem regulamenta a Prevenção Sanitária é a Vigilância Sanitária, atuando na área de métodos preventivos, identificando os riscos de insumos, produtos e serviços. (COSTA, ROZENFELD, 2000 apud SANTOS, 2015)

Frequentemente fiscalizado nas organizações alimentícias, há um controle rigoroso dos alimentos perecíveis e exige um controle constante e verificações de conformidade de acordo com as exigências da Vigilância. Para a prevenção Sanitária também existe um item da NR 31.12 e o item 31.20 que remete a NR 24 exigindo que a organização proporcione ao seu trabalhador pelo menos o mínimo das condições sanitárias e do conforto no local de trabalho, solicitando que a higienização dos ambiente, limpeza e ausência de mau cheiro durante o tempo de trabalho. (FILHO, 2016; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018)

Visando implantar o sistema de saúde e segurança no trabalho (SST) é necessário que se cumpra dez etapas. Inicialmente é necessário o comprometimento de todos os *stakeholders* para conseguir efetividade no sistema e definir suas políticas. Em seguida, deve-se definir um ou mais responsáveis para coordenar este novo sistema. Na terceira etapa, é o momento do levantamento das

necessidades da organização com o intuito de verificar a situação em que se encontra a saúde e segurança da organização (ARAÚJO, 2006; BARBIERI, 2014).

Em quarto lugar, elaborar um cronograma de todo o processo de implantação. Logo, divulgar quais serão as políticas e os objetivos para todos os colaboradores da empresa. Na sexta etapa, formam-se equipes de trabalho para atingir os objetivos estabelecidos. Em seguida, as equipes de trabalho definidas devem ficar responsáveis pela prevenção contra as doenças, higienização e organização de seus ambientes de trabalho. Na oitava etapa, elabora-se um manual de saúde com o intuito de orientar os colaboradores com mais detalhes. Posteriormente colocar o que foi definido nas etapas anteriores em prática e, por último, ter um acompanhamento através de auditorias internas para verificar se o sistema está sendo efetivo e eficaz (ARAÚJO, 2006; BARBIERI, 2014).

2.5 Agricultura

No Brasil, a área de agricultura tem uma grande participação na economia do país, sendo responsável pela geração de emprego, de acordo com a revista Valor Econômico (2018), contribuiu aumento do PIB em 1% e aumentou cerca de 13% desde 2017. Segundo Filho (2016), o Brasil tem se destacado há duas décadas como um dos maiores produtores de grãos e carnes do mundo.

Paralelamente, os defensivos agrícolas, são um insumo essencial, atingiu US\$ 7,3 bilhões de vendas no Brasil em 2010, correspondendo a aproximadamente 7% das vendas totais de produtos da agropecuária nacional, estimadas em R\$ 180 bilhões no mesmo ano.

Filho considera como (2016, p.1) “integrantes da agroindústria os segmentos dedicados à produção e ao processamento dos derivados e subprodutos da agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura e exploração florestal”. Nos segmentos da agroindústria existe a exploração industrial em estabelecimento rural (processamento primário o qual será industrializado posteriormente) e à indústria rural (transformação da matéria prima).

De acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI (2015), o setor agropecuário brasileiro abrange mais de 30 tipos de grãos, frutas e hortaliças, exportando mais de US\$ 100 milhões

durante o ano. Apesar de relativamente pequeno, o território brasiliense investe em qualidade e tecnologia, consolidando seu espaço entre os agronegócios nacionais.

Segundo dados do IBGE (2016), o Estado do Goiás faturou cerca de R\$ 23,3 bilhões com a produção de grãos em 2016, principalmente a soja, segurando a queda da economia goiana. Ocupando o quarto lugar no *ranking* agrícola nacional, o Goiás tem a vantagem de estar próximo ao consumidor e possuir equipamentos de alta tecnologia para atender a demanda.

3 MÉTODO

3.1 Classificação da Pesquisa

O presente artigo é classificado como uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2010), busca analisar características de diferentes grupos, classes, faixas etárias, níveis de escolaridade e outros, com o intuito de relacionar as variáveis entre esses diferentes grupos. Sendo assim, este estudo buscou verificar quais são práticas de SST em empresas do ramo do agronegócio no Distrito Federal e no Goiás.

O tipo de abordagem é qualitativo, pois segundo Bell (2008), essa abordagem se preocupa em analisar as percepções e opiniões que determinados grupos tem sobre um determinado assunto. Diferente do tipo de abordagem quantitativa que tem compreensão estatística sobre um determinado assunto.

3.2 Empresa

A Fazenda "A" entrou no ramo da agricultura em 1983, depois em 1995 entrou para o ramo da mineração e em 2013 entrou para o ramo da pecuária. Está localizada em Formosa, Goiás. A organização atualmente possui um quadro de 40 funcionários no total. Implementou a terceirização do Serviço de Saúde e segurança em 2016 e possui a CIPA. Na agricultura essa organização possui um quadro de 15 funcionários.

A Fazenda "B" começou no ramo da agricultura em 1985. Está localizada no Estado de Goiás na Cidade Ocidental. A organização possui um quadro de 10 funcionários qual segue somente algumas exigências feitas pelas Normas Regulamentadoras e possui também o serviço terceirizado na parte de Saúde fazendo os exames admissionais, demissionais e para troca de funções.

A Fazenda "C" começou no ramo da agricultura em 1993. Está localizada no Estado do Distrito Federal no Núcleo Rural do Rio Preto. A organização possui um quadro de 3 colaboradores e cumpre apenas algumas normas regulamentadoras

visto que a organização é de pequeno porte, também não possui um serviço especializado de segurança.

A Fazenda "D" começou no ramo da agricultura em 1984. Está localizada no Estado de Goiás na cidade de Formosa. A organização possui um quadro de funcionários de 2 colaboradores e não possuiu um serviço especializado de saúde e segurança. Segue apenas a normas regulamentadoras como do uso do EPI .

A Fazenda "E" começou no ramo da agricultura em 1986. Está localizada no Estado de Goiás na cidade de Formosa. A organização atualmente possui um quadro de 11 funcionários a qual possui o Serviço de Saúde e segurança terceirizados e segue as normas regulamentadoras.

A Fazenda "F" começou no ramo da agricultura em 1994. Está localizada no Estado de Goiás na cidade de Flores. A organização atualmente possui um quadro de 5 funcionários, possui o Serviço de Saúde e Segurança terceirizado e segue as normas regulamentadoras.

3.3 Participantes

Na Fazenda "A" foi entrevistado o Técnico de Segurança e o Gerente da organização passou algumas informações da organização que eram necessárias. Nas Fazendas "B", "C", "D", "E" e "F" foram entrevistados seus respectivos gerentes com o intuito de analisar quais as ações de Saúde e Segurança praticadas por essas organizações.

3.3 Instrumento de Pesquisa

A técnica para coleta de dados utilizada foi a entrevista semi estruturada a qual permite que o entrevistado expresse livremente sua opinião sobre o assunto levantado (GIL, 2010).

O instrumento de pesquisa aplicado foi adaptado de Roteiro de Entrevista desenvolvido por Cristiane Padim da Cunha (2012). A qual possui 23 questões, que foram divididas em três partes. A primeira parte coletou informações da empresa com seis perguntas. A segunda parte foi para coletar informações de como são conduzidas as ações de segurança através de onze perguntas e a terceira parte para coletar e identificar como são verificadas as ações de Saúde nas organizações sendo feitas seis perguntas.

3.3 Procedimentos de Coleta

Foram realizadas 6 entrevistas, que foram gravadas e transcritas. Duas entrevistas foram feitas na fazenda "A", os entrevistados foram o Gerente e o Técnico de Segurança. O Gerente respondeu as perguntas pertinentes a organização e a saúde enquanto as perguntas pertinentes a Segurança foram feitas ao Técnico que dá assistência na organização. Nas empresas "B", "C", "D", "E" e "F" foram entrevistado somente os Gerentes. As entrevistas foram realizadas entre os dias 02 de abril a 16 de abril de 2018 a qual tem uma duração média de 20 minutos cada uma.

O procedimento de análise e coleta de dados foi embasado na Análise de Conteúdo de Bardin (2008), que consiste em um método de análise das conversas investigadas, identificando sua abrangência de acordo com técnicas sistemáticas descritivas. No decorrer do processo, é feita uma avaliação descritiva do conteúdo, sistematização e objetividade dos dados com o objetivo de interpretar as entrevistas com maior precisão.

A análise do conteúdo foi dividida em oito categorias principais: risco físico do colaborador; acidente no trabalho; serviço especializado em saúde e segurança do trabalho; treinamento dos funcionários, disponibilização e manutenção de EPIs para os trabalhadores; manutenção de máquinas e equipamentos; práticas para eliminar o ato inseguro e condição insegura; e exames médicos dos funcionários. Em seguida, os dados obtidos foram discutidos com base na teoria apresentada para identificar as ações de saúde e segurança do trabalho implementadas no segmento agrícola.

4 DISCUSSÃO

O roteiro das entrevistas foi dividido em três etapas: informações gerais sobre as empresas, segurança e para finalizar saúde no trabalho. A análise de conteúdo foi baseada no método de Bardin (2008) e as entrevistas foram subdivididas em 8 categorias para determinar um padrão de respostas e realizar a discussão do tema à luz da teoria apresentada.

As entrevistas foram realizadas em cinco fazendas no entorno do DF (Goiás) e uma no Distrito Federal. O número de funcionários varia entre 2 e 15, de acordo com o porte da fazenda, e estão distribuídos entre funções de escritório e operacionais no campo. A carga horária também varia entre 40 e 50 horas semanais, porém em período de safra os horários podem aumentar, também há uma maior rotatividade de tarefas entre os funcionários do campo e o horário de descanso é de 1 a 2 horas no horário de almoço. Em alguns casos, os funcionários recebem maior período de descanso quando não é momento de safra.

Na segunda etapa das entrevistas, foram conduzidas questões a respeito da segurança dos funcionários. A primeira categoria refere-se ao risco físico (Quadro 1) que o colaborador está sujeito em suas atividades diárias. De acordo com Araújo (2006), é importante estar sempre atento às condições que o trabalhador se encontra e Marras (2004) pontua a importância do aspecto humano ao se preocupar com o bem estar do seu colaborador e na prevenção de acidentes. Fala também do aspecto econômico, pois é mais viável para empresa recorrer à prevenção do que sofrer as consequências que um acidente gera.

Quadro 1 – Risco Físico do Colaborador

Categoria	Padrão de Resposta	Frequência
Risco físico do colaborador	Não	1
	Ruído, operador de máquinas.	5
	Exposição ao sol	2
	Risco de queda	2
	Animais peçonhentos	1

Fonte: elaborado pela autora (2018)

De acordo com Quadro 1, é possível identificar o ruído, exposição ao sol e risco de queda como os principais riscos que os trabalhadores das empresas entrevistados estão sujeitos. Esses riscos convergem com a fala de Barbieri (2014) ao afirmar sua preocupação com os riscos físicos a que os trabalhadores estão constantemente expostos, desde condições climáticas até maquinário que pode prejudicar o colaborador devido à exposição prolongada.

A segunda categoria refere-se aos acidentes no trabalho (Quadro 2) e sua frequência. Apesar dos entrevistados afirmarem o uso de avisos de segurança e conscientização constante, ocorreu acidentes em duas empresas. Essas ocorrências vão ao encontro da teoria de Dessler (2005), ao afirmar que a maior parte dos acidentes no trabalho acontece devido às condições de trabalho e ações inseguras dos trabalhadores.

Quadro 2 – Acidente no Trabalho

Categoria	Padrão de Resposta	Frequência
Acidente no trabalho	Não	4
	Duas vezes, operador de máquinas e empresa assumiu despesas hospitalares.	1
	Uma vez, funcionário perdeu parte do dedo no triturador e empresa assumiu os custos de acordo com a CLT.	1

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Como visto no Quadro 2, em três ocasiões ocorreram acidentes: em uma ocasião, o trabalhador perdeu parte do dedo mindinho na correia de um triturador; as outras duas ocasiões aconteceram na mesma empresa com o operador de máquinas.

O acidente relacionado com o operador de máquinas ocorreu devido a uma ação insegura do trabalhador, pois enquanto manuseava uma das máquinas (caracol do carretão) escorregou e sua mão foi puxada. Na outra ocasião, o trabalhador montou a correia e, no momento de levantar, apoiou-se nela e a correia se moveu puxando sua mão. Em ambos os casos, logo após o ocorrido eles foram encaminhados para o hospital e a fazenda foi responsável pelos custos e foi seguido

o protocolo das leis trabalhistas no período em que ficou afastado. A providência das empresas converge com a NR 31 por possuir equipamentos de primeiros socorros e locomover o trabalhador para atendimento médico adequado e arcando com as despesas consequentes do acidente de acordo com a CLT.

Quadro 3–Serviço Especializado em Saúde e Segurança do Trabalho

Categoria	Padrão de Resposta	Frequência
Serviço Especializado em Saúde e Segurança do Trabalho	Não	3
	Empresa terceirizada para fiscalizar e avaliar as condições de trabalho	2
	Técnico em segurança e clínica médica	1

Fonte: elaborado pela autora (2018)

A terceira categoria aborda o uso de Serviços Especializados em Saúde e Segurança do Trabalho (Quadro 3). Nesse caso, duas empresas que fazem a fiscalização e avaliação das condições de trabalho realizadas por um técnico ou empresa especializada, cumprem os itens 31.6 (Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural – SESTR) e 31.7 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural CIPATR) referentes a NR 4 e NR 5 que tratam da necessidade de obter serviços de segurança especializados para a promover um ambiente favorável aos seus trabalhadores.

Quadro 4 – Treinamento dos funcionários

Categoria	Padrão de Resposta	Frequência
Treinamento dos funcionários	Relacionado à segurança e conscientização do trabalho	4
	Treinamento para aplicador de defensivos	1
	Empresa especializada realiza treinamento para todos os cargos da empresa	1
	Manutenção de EPIs, preparo de caldas, trabalha em altura e espaço confinado.	2
	Não	3

Fonte: elaborado pela autora (2018)

O Quadro 4 apresenta a categoria referente ao treinamento dos funcionários. Apenas três das empresas entrevistadas oferecem algum tipo de treinamento aos seus colaboradores, porém a maioria dos entrevistados relata a presença de conversas frequentes com os colaboradores sobre segurança e conscientização do trabalho. Sendo assim, a preocupação dos proprietários com o treinamento de segurança e manuseio dos equipamentos é respaldada pela NR 11, que dispõe sobre a importância do esclarecimento sobre os fatores de segurança, podendo prevenir acidentes e melhorar as condições de trabalho através da informação constante dessas medidas.

Quadro 5 – Disponibilização e Manutenção de EPIs para os trabalhadores

Categoria	Padrão de Resposta	Frequência
Disponibilização e Manutenção de EPIs para os trabalhadores	Controle e distribuição pelo proprietário	1
	Cada funcionário tem ficha de controle	2
	Equipamento é substituído de acordo com uso e desgaste	6

Fonte: elaborado pela autora (2018)

A categoria 5 diz respeito aos EPIs (Quadro 5) e todas as empresas entrevistadas fornecem equipamento e o substituem de acordo com o desgaste. Das entrevistadas, três empresas fazem certo controle dos EPIs e sua manutenção. Esses dados vão ao encontro da regulamentação do Ministério do Trabalho (2018) que determina que a responsabilidade de fiscalizar se seus colaboradores estão utilizando os EPIs é da organização e, caso algum órgão público flagre qualquer colaborador sem os devidos equipamentos a empresa será penalizada legalmente mesmo que esta tenha fornecido corretamente os EPIs e a decisão de não ter usado tenha sido do trabalhador.

Quadro 6 – Manutenção de máquinas e equipamentos

Categoria	Padrão de Resposta	Frequência
Manutenção de máquinas e equipamentos	Varia de acordo com o uso e tipo de máquina	5
	Quando as máquinas estão operando, é feita uma inspeção diária.	2
	Anualmente	1
	Duas vezes por ano é feita inspeção por empresa especializada e terceirizada	1

Fonte: elaborado pela autora (2018)

O Quadro 6 refere-se à categoria de manutenção de máquinas e equipamentos. Convergindo com a NR 12, todas as empresas entrevistadas fazem manutenção, porém a frequência varia de acordo com o uso do maquinário e em três casos, os entrevistados afirmaram que também é feita uma manutenção periódica independente do uso.

Os entrevistados também manifestaram o uso de medidas preventivas além das exigidas para maximizar os níveis de segurança do trabalho, como: conversas frequentes entre proprietário e colaboradores; *feedback* e sugestão de melhorias na segurança por parte dos colaboradores; atividades planejadas visando eliminar o risco em potencial; e instruir e capacitar bem o funcionário para prevenir acidentes no trabalho.

Quadro 7–Práticas para eliminar o ato inseguro e condição insegura

Categoria	Padrão de Resposta	Frequência
Práticas para eliminar o ato inseguro	Placas e avisos de segurança nas áreas e atividades de maior risco	2
	Devida manutenção e renovação dos equipamentos e máquinas	2
	Incentivo do uso dos EPIs	1
	Treinamento e conscientização dos funcionários	2
	Bom senso do pessoal envolvido	1

Fonte: elaborado pela autora (2018)

A categoria de práticas para eliminar o ato inseguro e condição insegura (Quadro 7) busca identificar quais itens ressaltados por Dessler (2005) as empresas

seguem. Com base nas entrevistas, todas as empresas realizam pelo menos uma prática para minimizar o ato inseguro e condições inseguras de trabalho como treinamentos, placas e avisos de segurança, além da manutenção de equipamentos e máquinas. Além disso, três dos respondentes realizam auditorias frequentes realizadas por técnicos de segurança a fim de avaliar o nível de cumprimento de SST.

Na última etapa das entrevistas, foram feitas perguntas relacionadas à saúde dos trabalhadores. No decorrer das entrevistas, os respondentes manifestaram que os cargos de maior risco à saúde do trabalhador são: aplicação de defensivos, técnico agrícola, serviços rurais e o operador de máquinas. Além disso, relatam que o controle de doenças e lesões no trabalho é informal, que variam entre diálogos ou exames periódicos dos funcionários.

Quadro 8 – Exames médicos dos Funcionários

Categoria	Padrão de Resposta	Frequência
Exames dos Funcionários	Admissional	4
	Demissional	4
	Exames periódicos	2
	Exames específicos para determinadas funções	2
	Troca de função	1
	Não	2

Fonte: elaborado pela autora (2018)

A última categoria refere-se aos exames médicos dos funcionários, apenas duas empresas não realizam nenhum tipo de exame médico nos funcionários. As demais realizam os exames admissionais e demissionais (obrigatórios pela CLT) e duas empresas também encaminham seus funcionários para exames periódicos e específicos para determinados cargos. Essa medida preventiva busca minimizar os níveis de risco que Milkovich e Boudreau (2000) afirmam variar de acordo com o cargo, condições de trabalho, hábitos e vícios do funcionário, exposição a substâncias tóxicas e estresse no trabalho.

Em geral, os entrevistados relatam que as condições de trabalho em suas respectivas fazendas oferecem boas condições, bom relacionamento entre os colaboradores e qualidade de trabalho, além de atividades físicas para combater o sedentarismo, uso de maquinário mais moderno e uma empresa relatou o uso de galpões climatizados. Ainda, considerando a localização mais afastada das cidades,

as fazendas fornecem algum tipo de alojamento para seus funcionários, temporário ou permanentemente.

Esses fatores convergem com a fala de Araújo (2006) ao relatar que a saúde do trabalho busca formas de reduzir os acidentes e as doenças ocupacionais com o objetivo de eliminá-las. Para isso, é necessário que a organização proporcione um ambiente de trabalho adequado, atenda as necessidades dos trabalhadores, faça um controle dos agentes causadores dos adoecimentos e pratique a prevenção e eliminação de todos os fatores prejudiciais aos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que nos últimos anos a atenção dos órgãos reguladores de SST está mais focada em promover um ambiente de trabalho mais saudável e seguro e buscando reduzir os acidentes no ambiente de trabalho, este trabalho buscou investigar o setor em que mais ocorrem acidentes de trabalho, o segmento agrícola, pois este envolve condições que naturalmente comprometem risco a que o colaborador está exposto. Por isso, surgiu a oportunidade científica de investigar as ações de SST praticadas no seguimento agrícola no DF e no Goiás.

O objetivo geral da pesquisa foi alcançado ao identificar que as ações de saúde e segurança no trabalho, implementadas no seguimento agrícola, incluem: contratação de serviço especializado para fiscalizar e avaliar as condições de trabalho; treinamentos de segurança do trabalho, uso de equipamentos e maquinários e medidas de segurança; manutenção de EPIs dos trabalhadores e maquinário regularmente; placas e avisos de segurança nas áreas e atividades de maior risco; preocupação dos gestores em promover um ambiente com condições de trabalho seguras e saudáveis; minimização das condições inseguras e exames médicos exigidos pela consolidação das leis trabalhistas.

Além disso, os objetivos específicos foram alcançados através da análise das categorias que buscaram investigar se as NRs estão sendo devidamente cumpridas. No decorrer da análise das entrevistas foi possível investigar que as empresas entrevistadas praticam tanto as normas reguladoras determinadas pelo Ministério do trabalho (2018) como também oferecem ações adicionais para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores.

Esta pesquisa teve como limitações o número de respondentes, pois inicialmente era para ter entrevistado dez colaboradores e por motivos de distância, tempo e disponibilidade foi possível realizar apenas seis entrevistas. Restringindo assim a abrangência da pesquisa, principalmente por apenas uma empresa ser localizada no DF, fator que limita a análise da região. Em uma agenda futura, sugere-se investigar quais os benefícios gerados ao se praticar ações de saúde e segurança no trabalho em outras regiões.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luis César G. **Gestão de Pessoas: Estratégias e Integração Organizacional**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BARBIERI, Ugo Franco. **Gestão de Pessoas nas Organizações: a evolução dos ser humano na vida e na carreira**. São Paulo: Atlas, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. 2008.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4. ed. Porto Alegre : Artmed, 2008.

CHIRMICI, Anderson; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Rocha. **Introdução a Saúde e Segurança no trabalho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

CUNHA, Cristiane Paim. **Avaliação da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) na atividade de serraria no município de Cerro Grande do Sul**. 2012. 106f. Tese(Mestrado) - Curso de Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais em Mineração, Centro Universitario la Salle - Unisalle, Canoas, 2012.

DESSLER, Gary. **Administração de Recursos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Pretenice Hall, 2005.

FILHO, BARBOSA, Antonio Nunes. **Segurança do Trabalho na Agropecuária e na Agroindústria**. Atlas, 2016.

FISHER, G. et al. **Gestão da qualidade: segurança do trabalho e gestão ambiental**. Tradução Ingeborg Sell. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2009. 240 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas,2010.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração dos Recursos Humanos: Do operacional ao estratégico**. 9.ed. São Paulo: Futura, 2004.

MILKOVICH, George T. BOUDREAU, John W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Normas Regulamentadoras**. 2018. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>Acessado: 12 mar. 2018.

OIT BRASÍLIA. **MPT e OIT lançam Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_551769/lang--pt/index.htm> Acesso em: 21 fev. 2018.

SANTOS, Mailton Henrique Santos. **A percepção dos funcionários de uma construtora sobre a política de saúde e segurança no ambiente de trabalho.** 2015. 37f. Artigo científico - Administração, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

SEIXAS, Wandell. **Só a agricultura salva Goiás na economia:** liderada pela soja e milho, produção de grãos melhora cenário econômico de Goiás. 2017. Disponível em: <<https://www.dm.com.br/cotidiano/2017/03/so-agricultura-salva-goias-na-economia.html>> Acesso em: 25 abr. 2018.

SOLURI, Daniela. NETO, Joaquim. **Série Educação Profissional – SMS:** Fundamentos em Segurança, Meio Ambiente e Saúde. LTC, 2015.

VALOR ECONÔMICO. **PIB brasileiro cresce 1% em 2017 após dois anos de queda, mostra IBGE.** 2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5354759/pib-brasileiro-cresce-1-em-2017-apos-dois-anos-de-queda-mostra-ibge>> Acesso em: 23 abr. 2018.

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME:

CARGO:

INFORMAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO

1. Quantos trabalhadores a organização possui?
2. Quais são os cargos existentes na organização ?Descreva quais são as funções executadas por cada cargo?
3. Tem alguma rotação de atividades ?Quais e o porque acontece?
4. Quantas horas semanais eles trabalham? Há períodos em que a carga de trabalho é maior ?
5. Qual o horário de descanso deles e quanto tempo eles tem de descanso?
6. Pela organização se localizar longe da cidade ela disponibiliza algum transporte?Que tipo de transporte ?

SEGURANÇA

7. Existe algum cargo que oferece algum risco físico (temperatura, calor, ruído) a segurança do colaborador? Qual?
8. Já ocorreu algum acidente de trabalho na empresa? Quantos? Em que atividade?Que suporte a empresa deu? Quais foram as medidas para que não ocorressem mais acidentes?
9. Tem algum levantamento na organização do custo gerado por um acidente de trabalho?
- 10.A organização possui algum serviço especializado em segurança e medicina do trabalho?Qual? Exemplificar?
- 11.Os funcionários da organização passaram por algum tipo de treinamento relativo a segurança do trabalho e conscientização?
- 12.Existe treinamento específico para algum cargo exercido pelos funcionários?Qual e como ele é feito?Quem dá esse treinamento?
- 13.A empresa disponibiliza os EPIs para seus trabalhadores? Como é feito o controle, substituição e manutenção desses equipamentos?
- 14.De quanto em quanto tempo são feitas as manutenções das máquinas e equipamentos ?Quando isso acontece?
- 15.Quais são as medidas preventivas implementadas na empresa além das exigidas ?
- 16.Quais são as práticas para eliminar o ato inseguro(causado pela imprudência da pessoa) e a condição insegura (causado pela má condição dos equipamentos ou máquinas)?

17. São feitas auditorias para a verificação do cumprimento de SST (Saúde e Segurança no Trabalho) ?

SAÚDE

18. Existe algum cargo que oferece algum risco (químicos - poeira, gases, líquidos, radiações e etc) a saúde do colaborador? Quais?

19. A organização busca identificar e controlar quais são as principais doenças e lesões que ocorrem nela? Como é feito esse controle?

20. Quando se contrata um funcionário ou demite ou quando ele troca de função é feito algum tipo de exames? Quais? Como são feitos?

21. A empresa proporciona para seus colaboradores um ambiente saudável e adequado para se trabalhar? Exemplifique o que é feito.

22. Pela empresa se localizar longe da cidade é disponibilizado algum alojamento para seus colaboradores? Como é feita a limpeza desse local?

23. Me descreva com é o ambiente de trabalho do seu colaborador?